

BOLETIM ANARCO-SINDICALISTA

“Nós transportamos nos nossos corações um mundo novo”- Durruti



Associação Internacional dos Trabalhadores – Secção Portuguesa

NOVO CÓDIGO LABORAL

Com vista à próxima revisão do Código do Trabalho, o Governo nomeou há vários meses mais uma “comissão de sábios”, desta feita para elaborar o “Livro Branco das Relações Laborais”...

Tornou-se habitual o Governo nomear uma comissão de “especialistas” a fim de nos esmagar na nossa ignorância e, escudando-se nas conclusões e propostas de meia-dúzia de “conhecedores”, decidir as reformas a efectuar. Foi assim na Saúde, com o fecho, total ou parcial, de Maternidades, Urgências e Serviços de Atendimento Permanente um pouco por todo o país; foi assim com a incineração de lixos tóxicos nas cimenteiras; etc. Claro está que estes “doutores” propõem reformas... para os outros, nunca para eles próprios. É o velho sistema da separação entre governantes e governados, uns quantos a decidir e os outros a sofrerem as consequências dessas decisões: nunca se viu um administrador da Carris, por exemplo, a usar o metro ou o autocarro para se deslocar, nem um ministro da Saúde ser operado num dos hospitais públicos que tutela, nem um Governador do Banco de Portugal a apertar o cinto ou a ser alvo da moderação salarial que recomenda em nome da “economia nacional” ou da diminuição do “défice”.

O que a Comissão do Livro Branco agora propõe, embora já não se denomine “flexi-segurança”, por ser demasiado óbvio que se trataria de aumentar a “flexibilidade” sem nada acrescentar de tangível à segurança, é, claramente e como sempre, facilitar o despedimento, para o que inventou uma nova figura: a **inadaptação ao posto de trabalho** (avaliada, claro está, por “especialistas” no assunto), que, associada às restantes propostas de **simplificação dos despedimentos**, de **alargamento ou diminuição dos horários de trabalho normal** consoante as “necessidades” da empresa (desde que não ultrapasse... 50h semanais) e de diminuição dos prazos máximos para os **contratos a prazo**, coloca ainda mais os trabalhadores nas mãos dos empresários, que disporão de mais alguns meios de aumentar tranquilamente, e dentro da lei, a exploração a que os trabalhadores já estão sujeitos.

E, claro, os enormes lucros, quer das empresas públicas ou com participação estatal (GALP, EDP, CTT, CGD, etc) quer das empresas privadas, com a parte de leão para a banca e a finança em geral, continuarão inexoravelmente a aumentar, de ano em ano, com uma ou outra excepção de falência de algumas grandes empresas como tem acontecido ultimamente devido à especulação desenfreada no mercado de capitais, relacionada com o crédito à habitação nos EUA. Falências essas, de resto, que o são **unicamente para os trabalhadores**, que se vêem atirados para o desemprego, e **nunca para os respectivos administradores ou gestores**, que são geralmente “reconvertidos” noutros cargos do mesmo tipo com remunerações igualmente chorudas.

Não podemos, de modo nenhum, deixar que nos enredem em discussões de “especialistas” em relações laborais, uns defendendo umas soluções e os outros outras soluções, mas



Flexi-segurança? Não, que ideia, trata-se apenas de:

Simplificação... dos despedimentos

Agilização... do horário de trabalho

Precarização... do emprego

todos com o mesmo objectivo de “melhorar”, “aperfeiçoar”, “adaptar” o capitalismo de modo a perpetuá-lo e a garantir a acumulação de capital necessária à obtenção de lucros cada vez maiores e ao usufruto, por uma pequena parte da população, da situação privilegiada inerente à sua posição social.

Não nos deixemos enganar com o tão propalado “novo paradigma” do nosso tempo, no qual não seria possível garantir nenhuma espécie de segurança e de estabilidade laboral, num novo tipo de capitalismo “globalizado”. O que de facto sucede é que o capitalismo é, cada vez mais, um obstáculo à felicidade de todos e de cada um, apenas conseguindo sobreviver através da imposição de condições de vidas inumanas à grande maioria da população. No que respeita ao novo Código do Trabalho que se anuncia, a nossa única resposta possível será a recusa liminar de qualquer alteração que o Governo venha a tentar impor, sob a capa da “adequação” dos contratos de trabalho aos tempos actuais. E será bom nunca perdermos de vista que estes governantes, *(continua na página seguinte)*

como, de resto, os que os precederam e os que se lhes seguirão, são meros capatazes ao serviço da banca e da finança, e que serão “adequadamente” recompensados se conseguirem aumentar ainda mais a rentabilidade dos capitais investidos, na produção ou na especulação bolsista.

Defendamos as nossas condições de vida, conquistemos novos direitos, através da auto-organização e da confrontação

directa com quem directamente nos explora e oprime, sem delegarmos em ninguém a capacidade de decidir sobre aquilo que nos afecta. Defendamo-nos contra os ataques que continuarão a surgir, mas com a certeza de que, mais tarde ou mais cedo, será necessário passarmos à ofensiva e construirmos um novo tipo de sociedade.

António Mota



Bakunine e o governo dos sábios

Parece-nos que, de todas as aristocracias que oprimiram, cada uma por si e às vezes todas em conjunto, a sociedade humana, a chamada aristocracia da inteligência é a mais odiosa, a mais desprezadora e a mais opressiva. A aristocracia nobiliária diz-vos: «você é um homem muito galante, mas não nasceu nobre!» É uma injúria que ainda podemos suportar. A aristocracia do capital reconhece-vos toda a espécie de méritos, «mas, ela acrescenta, não tendes virtém!» É igualmente suportável... Mas a aristocracia da inteligência diz-nos: «Não sabem nada, são uns burros, e eu, homem inteligente, tenho que vos pôr a albarda e conduzir-vos.» Isto é intolerável.

Miguel Bakunine (1814-1876), citado na antologia «Conceito de Liberdade», ed. RÉS, Dez/1975, trad. Jorge Dessa

Greve geral e greve sectorial

Frequentemente, ouve-se dizer que vai haver greve geral da função pública, vai haver greve geral disto e daquilo, ora o termo é abusivo e enganador. É necessário esclarecer conceitos e práticas, pois os meios de comunicação social, ou por engano ou talvez propositadamente, contribuem para a desinformação da classe trabalhadora.

O que é mais comum é ocorrerem greves sectoriais, isto significa que um sector da economia ou do Estado fez greve paralisando unicamente esse mesmo sector, isto verifica-se por exemplo quando os trabalhadores da função pública paralisam o seu sector exigindo melhorias nas condições de trabalho ou aumentos salariais. Também se pode verificar a paralisação de um único sector de uma fábrica, o que também continua a ser uma paralisação sectorial como o próprio nome indica. Por outro lado, o conceito de greve geral, ainda que na sua versão reformista (que consiste apenas no reclamar de

direitos dos trabalhadores), visa a paralisação geral de todos os sectores da economia, tentando abranger o maior número possível de postos de trabalho (tal como foi praticado na greve de 30 de Maio, mas que nem sempre é conseguido na sua totalidade pelos trabalhadores). Talvez por conformismo ou receios de alguns trabalhadores, não se dá uma paralisação total do trabalho a nível nacional, isto para alegria do patronato e governo, governo que tendo em mãos os números e contabilidade das greves insiste em mentir e reduzir a contagem oficial das paralisações, talvez para desacreditar a força dos trabalhadores.

No entanto, a perspectiva anarcosindicalista da greve geral vai mais longe do que o puro reformismo que visa apenas a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pretendendo nós que a greve geral seja o “acender do rasilho” para o início de uma confrontação social maior.

Pretendemos que os trabalhadores estendam a greve até à ocupação dos locais de trabalho e em coordenação iniciem um processo de autogestão conjunta dos locais de trabalho e troca de serviços e bens de consumo produzidos por si, se auto-abasteçam, de forma generalizada, a nível local, regional e nacional.

Desta forma, quebra-se a “eficácia” da produção capitalista e estatal, provocando um rombo na gestão do trabalho assalariado e até, em parte, na “eficácia” do aparelho de Estado. Este será o ponto de partida para uma transformação social ainda mais complexa que, de baixo para cima, ponha em marcha toda uma organização de uma sociedade onde não impere o trabalho assalariado, a exploração patronal e surja daí o fim do aparelho de Estado.

R. C.

Autoeuropa: Trabalhadores sob ataque

Apesar das contínuas cedências à entidade patronal, sob a ameaça de deslocalização da fábrica, os trabalhadores da Autoeuropa (Palmela) continuam com o futuro incerto. A chegada de um novo director-geral, Jörn Reimers, vindo de uma fábrica polaca e “descrito como tendo um perfil menos dialogante” (*Público*, 9/11/2007), deitou por terra os acordos feitos entre a comissão de trabalhadores e a administração, dando lugar a “mudanças operadas sem concertação prévia com os trabalhadores”. Lembremos que a atitude de cedências por parte dos trabalhadores da Autoeuropa lhes valeu, na boca de muitos jornalistas, economistas e políticos, o amargo título de “trabalhadores responsáveis” (ver B.A.-S. #22).

Assim se vê, mais uma vez, de que valeu a atitude “responsável” dos trabalhadores da Autoeuropa. Cedência após cedência, a máquina capitalista acaba sempre por sugar mais sangue aos trabalhadores sem jamais ficar satisfeita. A resistência através da acção directa é a única solução.

150 trabalhadores sem futuro na fábrica Pinheiro da Rocha

Os 150 trabalhadores da empresa de produção de têxteis-lar em São Martinho do Campo, Santo Tirso, estão sem esperanças de retornar aos seus postos de trabalho e receber os três meses de salários em atraso. A fábrica de felpos possui já inúmeras dívidas e ameaça encerrar em definitivo, indicando que a situação actual se deve à perda do seu maior cliente que representava cerca de 30% da produção.

Cerca de 40 operários foram impedidos de entrar na fábrica no passado dia 2 de Janeiro e numa última reunião, nessa mesma semana, a administração disse “para as pessoas fazerem o que bem entenderem ou esperarem pelo dia em que tenha dinheiro”, segundo transmitiu uma trabalhadora ao *Jornal de Notícias* de 8/01/2008. Dos 150 operários, 50% já recorreram em tribunal à suspensão do contrato e o Sindicato Têxtil do Porto aconselhou os restantes a fazer o mesmo. O administrador da fábrica, João Pedro da Rocha, indicou que serão feitos alguns pagamentos, não sabendo ao certo o que irão pagar.

Neste caso, tal como em muitos outros, é de questionar se resta apenas aos trabalhadores esperar por supostos pagamentos ou resignar-se a procurar novo trabalho (também ele precário, certamente) ou se, pelo contrário, podem optar por rejeitar as beneméritas sugestões dos sindicatos reformistas, escolhendo o caminho do combate directo pela melhoria das suas vidas.



Solidariedade com os combatentes da liberdade no Estado mexicano de Oaxaca

Continua a violenta repressão estatal contra os movimentos sociais no Estado de OAXACA, desde os acontecimentos que tiveram lugar no Verão de 2006, quando um brutal ataque policial a um acampamento de professores e alunos resultou na morte de 3 alunos e 5 professores, e provocou 106 intoxicados e feridos. Como noticiámos mais em detalhe no nº 22 deste boletim, esse acampamento teve origem numa greve de mais de 70.000 professores do ensino público, movimento reivindicativo ligado ao ensino mas que logo se uniu aos movimentos de muitos outros sectores da sociedade mexicana que, entre outras coisas, reclamam melhores condições de vida e o estabelecimento de serviços básicos para as comunidades indígenas mais marginalizadas, bem como a libertação dos presos e o término do assassinato de lutadores sociais.

Desta vez, em 29 de Outubro passado, quando decorria uma manifestação pacífica em memória de todos os mortos pelas forças policiais, em particular para recordar o assassinato de Jorge Alberto López no mesmo dia 29 de Outubro de 2006, a Polícia Federal Preventiva interveio novamente, agredindo, intimidando e provocando os manifestantes, tendo acabado por prender Marcos "el quero", levando-o para local desconhecido.

Exijamos a libertação de todos os lutadores sociais detidos e o fim da repressão estatal em OAXACA!

Apoiemos a luta dos que, em OAXACA, pugnam por melhores condições de vida e pela liberdade!

Um apelo à razão: não há males que para sempre durem...

Manifesto de repúdio aos assassinatos do governo mexicano, e de solidariedade com os combatentes da liberdade

Com muita indignação constatamos que mais uma vez o governo mexicano apela à violência contra o povo trabalhador como forma de diálogo.

Desta vez, em meio a uma manifestação em honra e memória aos mortos quando da invasão de Oaxaca rebelde, um ano atrás, pela polícia repressiva do governo central mexicano são novamente pisoteados na sua dignidade.

Ainda temos na memória os rostos do povo companheiro sendo trucidado pela repressão naquele passado tão próximo.

Ulisses Ruiz deve entender que a Injustiça não pode triunfar para sempre, pois nem Hitler ou Mussolini sobreviveram.

A Justiça dos trabalhadores ainda os alcançará!

Queremos que cessem as hostilidades enquanto há tempo.

Queremos que os companheiros presos sejam imediatamente libertados.

Queremos que o governo mexicano seja destituído e julgado internacionalmente pelos crimes cometidos.

Queremos que o povo trabalhador mexicano possa decidir e construir livremente seu modelo de justiça e de organização social, livre do Estado e do Capital.

Liberdade para todos os companheiros trabalhadores presos e presas por motivos políticos!

COB – Confederação Operária Brasileira

ACAT – Associação Continental Americana de Trabalhadores

AIT (IWA) – Associação Internacional dos Trabalhadores

(Manifesto que nos foi enviado pela COB, secção brasileira da AIT, em 31 de Outubro)

Lutas sociais na Rússia

Dos nossos companheiros da KRAS (secção russa da AIT), chegaram-nos informações acerca da situação social na Rússia e das lutas sociais e libertárias que irromperam neste país, nos últimos meses.

Carestia de vida e greves na Rússia

O último ano na Rússia foi marcado por uma acentuada degradação das condições de vida, associada à inflação galopante (os preços subiram 50 a 70% entre Janeiro e Novembro de 2007). Esta degradação nas condições de vida da maioria dos trabalhadores tem levado à irrupção de diversas greves reivindicando aumentos salariais.

Segundo a KRAS, esta situação deve-se à estrutura criminosa do sistema social, político e económico da Rússia, cujo único objectivo é, através de um sistema de monopólios, providenciar a prosperidade a uma pirâmide mafiosa de novos-ricos e funcionários estatais, no topo da qual está o senhor Putin, cuja riqueza não declarada perfaz cerca de 40 biliões de dólares.

Perante este sistema mafioso, os trabalhadores que entram em greve podem esperar apenas uma brutal repressão. Uma vez que muitos dos actuais patrões são ex-oficiais do KGB, o significado da palavra "negociação" é-lhes desconhecido. Quase todas as greves dos últimos meses foram, segundo a secção russa da AIT, declaradas ilegais e alguns dirigentes sindicais foram mesmo atacados pela polícia e pelas máfias.

No dia 20 de Novembro, iniciou-se uma greve na fábrica Ford de São Petersburgo, abrangendo 1700 dos 2200 trabalhadores desta unidade, sob a reivindicação de aumentos de 30-40% (nada mais do que uma mera compensação face à elevada inflação). A fábrica foi ocupada por forças de polícia especiais chamadas "OMON". Militantes da KRAS

iniciaram uma campanha de propaganda anarquista e contra os sindicatos oficiais, apelando aos trabalhadores para que deixem de obedecer aos líderes, substituindo-os por assembleias-gerais onde se tomem todas as decisões. Isto despertou a ira destes líderes sindicais. Mas apesar de conhecerem a ineficácia dos sindicatos, os trabalhadores hesitaram em iniciar outras formas de luta mais eficazes, como a sabotagem, por temerem a repressão legal e policial.

Também pela mesma altura, em São Petersburgo, decorria uma greve dos trabalhadores portuários – iniciada a 13 de Novembro –, que paralisou o porto desta cidade e foi declarada pelos tribunais como sendo ilegal. Também aqui os companheiros da KRAS tentaram chegar directamente aos trabalhadores, ultrapassando os líderes dos sindicatos, que segundos eles, "dão listas dos seus membros aos patrões, terminam as greves antes de começarem as negociações e após veredictos dos tribunais, ensinando os trabalhadores a obedecer à lei".

Residentes de Moscovo em luta contra condomínios de luxo

Membros e simpatizantes da KRAS têm participado activamente na luta dos habitantes de Moscovo contra a construção descontrolada de condomínios de luxo destinados às elites da sociedade russa. Os residentes estão descontentes com o facto de a construção destes condomínios acarretar frequentemente a destruição de jardins e outros espaços públicos, e de muitas vezes representar um perigo para as fundações das suas casas.

Os protestos são frequentemente acompanhados de bloqueios das ruas ou dos estaleiros de construção. A repressão por parte das autoridades não se tem feito esperar, a polícia tem recorrido a bastonadas e a disparos

para o ar para afastar as pessoas. Em alguns casos foram usados membros das máfias para intimidar os manifestantes.

Alguns anarquistas foram detidos durante os protestos. A 8 de Outubro, no decurso de um protesto na Rua Chertanovskaya em Moscovo, a polícia deteve 19 pessoas que bloqueavam a rua, entre as quais 6 membros e simpatizantes da KRAS. Algumas pessoas foram brutalmente espancadas durante a detenção.

Repressão contra estudantes anarquistas de Petrozhavodsk

No início do novo semestre académico, estudantes libertários iniciaram uma campanha contra a organização estudantil oficial na Universidade de Petrozhavodsk (uma cidade no Noroeste da Federação Russa). Esta organização é um pseudo-sindicato que, longe de defender os interesses dos estudantes, está integrada na *Nashi* – uma organização de juventude pró-Putin financiada pelo Kremlin e conhecida por atacar fisicamente as organizações juvenis de oposição. Os anarquistas organizaram uma campanha massiva contra a *Nashi*, com autocolantes e panfletos, encorajando os estudantes a boicotar a organização estudantil oficial e a participar na fundação de um "Sindicato Livre e Alternativo de Estudantes" (ASSP). Os objectivos imediatos do ASSP são a luta contra a privatização do ensino superior, contra os exames nacionais (em que a corrupção predomina) e contra a revogação das leis de isenção do serviço militar.

O boicote à organização estudantil oficial foi um sucesso, tendo as inscrições no mesmo decrescido em 70%.

A 8 de Outubro, os estudantes anti-Putin organizaram uma acção contra a celebração do aniversário de Putin, promovida pela organização estudantil oficial. Apareceram na

“celebração”, empunhando cartazes e gritando slogans que ridicularizavam a figura do presidente russo e expunham o carácter ditatorial do seu regime, e acabaram por ser atacados pelos seguranças da universidade. Todos os participantes na acção conseguiram escapar, apesar de a polícia os ter procurado pelas ruas durante toda a noite.

Esta acção ganhou uma grande atenção pública e alertou o FSB (ex-KGB), que conseguiu isolar alguns estudantes e acusá-los de participação na acção. Um estudante foi

raptado da sua faculdade, levado a tribunal e, sem direito a advogado, multado em 1000 rublos (30 euros – o salário, por exemplo, de um médico ou professor na Rússia é de 150 euros) por participação numa manifestação ilegal. Outros foram convidados pela polícia para “conversas informais”. Um jornalista que pretendia fazer uma reportagem sobre o Sindicato Livre e Alternativo de Estudantes foi informado de que tal tópico era “indesejável”.

A 24 de Outubro, um outro participante da acção foi levado a tribunal, acusado de

participação em piquete ilegal, tendo sido condenado a pagar uma multa de 1000 rublos. A Nashi também formou um esquadrão para, com a cooperação da polícia, destruir os anúncios de uma reunião da ASSP contra a comercialização da educação.

De acordo com os companheiros russos, não há dúvida de que a repressão contra os dissidentes dentro da universidade vai continuar, da mesma forma que continuará a luta contra a comercialização da educação e contra os lacaios do sistema universitário.



Acção de dia 2 de Janeiro (dentro do departamento de trabalho do governo autónomo) e de dia 3 de Janeiro (corte da estrada)

Trabalhadores da Frape Behr em Barcelona (Espanha) Lutam pela Manutenção dos seus Postos de Trabalho e das suas Condições Contratuais

A administração da FRAPE BEHR, filial espanhola da multinacional BEHR GmbH & Co, que dispõe em Espanha de 3 centros de produção, 1 em Barcelona e 2 em Tarragona, preparava-se para aplicar o que designa de plano de reajustamento da força de trabalho, o que conduziria ao despedimento de 295 trabalhadores da fábrica de Barcelona e ao seu posterior encerramento.

A aplicação deste plano, que a administração da empresa queria iniciar em Dezembro último, só poderia concretizar-se com a revogação de um acordo entre a FRAPE BEHR e o governo regional catalão assinado em 2004, que deveria vigorar até 2009. Como forma de pressão para que o Governo da Catalunha não assinasse o novo acordo e se encetassem negociações com os representantes dos trabalhadores, estes encerraram-se dentro das instalações da fábrica, que só desocuparam 5 dias depois, a 26 de Dezembro, após a Conselheira do Trabalho do governo autónomo, Mar Serna, ter “acedido” a participar numa reunião com esse fim, marcada para 2 de Janeiro. Note-se que esta “cedência” do governo catalão só aconteceu após a Confederação

Nacional do Trabalho (CNT), secção espanhola da AIT, ter apelado a uma campanha internacional de solidariedade que se traduziu, entre outras iniciativas, no envio de dezenas de e-mails e faxes, dirigidos a Mar Serna, no sentido da não aprovação do plano da empresa pelo governo autónomo da Catalunha.

No entanto, nessa reunião de 2 de Janeiro, nem a FRAPE BEHR deu mostras de querer mudar a sua posição, nem Mar Serna chegou sequer a participar. Por isso, os trabalhadores decidiram organizar uma primeira manifestação em Barcelona, que decorreu na manhã do dia seguinte, 3 de Janeiro, à qual ocorreram em grande número (180) tendo mesmo cortado o trânsito numa estrada.

Segundo as últimas informações dadas pela Federação Local de Barcelona da CNT, nesse mesmo dia 3 de Janeiro iria decorrer uma Assembleia Geral dos trabalhadores da FRAPE BEHR, para decidir sobre a estratégia a seguir no futuro.

Ora, sabemos, pela própria informação institucional do grupo BEHR, que este dispõe de 30 centros de desenvolvimento e produção em

tudo o mundo, com 18.000 empregados, e que a filial espanhola facturou, em 2005, 320 milhões de euros, com uma previsão de manutenção da facturação ao mesmo nível nos anos seguintes. A conclusão que se pode tirar é que a FRAPE BEHR é perfeitamente viável em Espanha e pode estar apenas a tentar chantagem dos trabalhadores, para conseguir baixar os seus salários e precarizar as respectivas relações laborais. De facto, a administração da empresa, umas vezes ameaça com o fecho ou com a deslocalização da fábrica, outras vezes sugere uma redução de 30% nos salários como “alternativa” possível...

Por isso se torna tão importante pressionar o governo autónomo da Catalunha para que não aceite a revisão do acordo proposta pela FRAPE BEHR.

A informação aqui fornecida data de 4/01/2008, quando este número do B.A.-S. foi ultimado. Para obter informação actualizada, consultar o “blog” da secção da CNT-AIT na Frape no endereço: <http://cnt-frape.blogspot.com/> ou procurar a informação sobre a Frape no “site” da Federação Local de Barcelona da CNT: <http://barcelona.cnt.es>.

Editora Sotavento – nova obra já no prelo

As Edições Sotavento vão juntar mais um título à lista de 14 obras já publicadas, desta vez um volume com duas partes: *Para uma crítica libertária do Direito*, da autoria do companheiro Júlio Carrapato, e *A lei e a autoridade*, de Pedro Kropotkine, tradução de J. Carrapato. Quaisquer encomendas deverão ser endereçadas a **Edições Sotavento / Apartado 5 / 8001-901 FARO**.

Lembramos aos eventuais interessados que esta editora deu à estampa, o ano passado, em Março, os *Subsídios para a reposição da verdade sobre a guerra civil de Espanha* e, em Outubro, a *Resposta bem-humorada ao Professor Doutor João Freire*, ambos os textos da autoria de J. Carrapato.

Toda a correspondência para o Boletim Anarco-Sindicalista deve ser enviada para:

Apartado 50029 / 1701 - 001 Lisboa / Portugal

E-mail: aitport@yahoo.com



Director e Proprietário: Paulo da Mota Capitão Ferreira
Sede legal: R. Cândido dos Reis, nº 121, 1º Dto. – Cacilhas

Tiragem: 300 exemplares

Nº de registo da publicação: 121176